

AGENDA LEGISLATIVA SEMANAL

SENADO FEDERAL

Plenário – 03 a 05/12

A versão dos deputados sobre o PL 658/2021, que estabelece o marco jurídico dos bioinsumos, consta na pauta do Plenário do Senado de terça-feira. Os Senadores também devem começar a discutir a PEC 3/2020, que atribui somente à União a tarefa de legislar sobre defesa cibernética e segurança cibernética, transporte de valores e segurança das instituições financeiras.

Já na sessão de quarta, consta na pauta do Plenário o PL 2234/2022, que regulamenta a exploração de jogos de azar.

Na quinta, está prevista a deliberação do PLP 124/2022, que dispõe sobre normas gerais de prevenção de litígio, consensualidade e processo administrativo, em matéria tributária e do PLP 125/2022, que estabelece normas gerais relativas a direitos, garantias e deveres dos contribuintes.

Outras matérias poderão ser deliberadas mediante acordo de líderes.

Comissão de Constituição e Justiça – 04/12 - 10h - Plenário 03

Item 01 (Turno Suplementar) - [PL 953/2021](#), que institui o Programa de Regularização de Débitos não Tributários (PRD) junto às autarquias e fundações públicas federais e à Procuradoria-Geral Federal e dá outras providências. O relator, senador Nelsinho Trad, apresentou [parecer](#) pela aprovação da matéria, com emenda.

Ainda deverão ser incluídas na pauta a leitura das indicações para compor o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP). Após a leitura, deverão ser concedidas vistas coletivas e a sabinas estão previstas para a próxima semana.

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Plenário – 03 a 05/12

A pauta do Plenário da Câmara não foi divulgada ainda.

Comissão de Finanças e Tributação – 04/12 - 10h - Plenário 04

Item 29 - [PL 4021/2021](#), que Determina que todos os valores ou bens provenientes dos efeitos da condenação judicial criminal ou cível ou de acordos, inclusive na atuação extrajudicial do Ministério Público, e que sejam por lei destinados à União serão utilizados no combate ao câncer.

A relatora, deputada Laura Carneiro (PSD-RJ), apresentou [parecer](#) pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária; e, no mérito, pela aprovação, com substitutivo.

Item 31- [PL 4082/2023](#), que altera a Lei nº. 7.347, de 24 de julho de 1985 e a Lei nº. 8.429, de 2 de junho de 1992, a fim de prever a condenação em custas processuais e honorários sucumbenciais dos autores das ações civis públicas e de improbidade administrativa, com exceção das associações civis.

O relator, Sidney Leite (PSD-AM), apresentou [parecer](#) pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária; e, no mérito, pela aprovação, com substitutivo.

Comissão de Constituição e Justiça – 04 e 05/12, às 10h - Plenário 01

Item 01 - [PLP 215/2019](#), que autoriza os Estados e o Distrito Federal a legislar sobre questões específicas de Direito Penal e de Direito Processual Penal. O Relator, Coronel Assis (UNIÃO-MT), apresentou [parecer](#) pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação, com substitutivo.

Item 16- [PL 3.362/2019](#), que "altera a Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018 para promover treinamento e conscientização para servidores dos órgãos de segurança pública,



membros do Ministério Público e agentes da Receita Federal que atuam em aduanas e Policiais Rodoviários Federais, acerca do enfrentamento ao tráfico ilícito de bens culturais". O relator, deputado Kim Kataguirí, apresentou [parecer](#) pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.